

HABEAS CORPUS Nº 502.251 - SP (2019/0094349-9)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : FERNANDO RODOLFO MERCÊS MORIS - SP147338
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOÃO HENRIQUE DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em benefício de JOÃO HENRIQUE DOS SANTOS, contra o v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, no Agravo em Execução n. 0005407-27.2018.8.26.0496.

Narra a impetrante, na inicial do presente **writ**, em síntese, que o e. Juízo da Execução, ao unificar as penas do paciente, homologou novo cálculo de penal e alterou a data-base para a progressão de regime, estabelecendo como novo marco a data do trânsito em julgado para a acusação da última sentença penal condenatória.

Irresignada, a Defesa interpôs agravo em execução, que foi desprovido pelo eg. Tribunal de origem, nos termos do v. acórdão assim ementado (fl. 18):

*"AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL NOVA
CONDENAÇÃO - UNIFICAÇÃO DAS PENAS ALTERAÇÃO DA
DATA BASE IMPOSSIBILIDADE REINÍCIO DO LAPSO
TEMPORAL PARA AQUISIÇÃO DE BENEFÍCIOS
NECESSIDADE PRECEDENTES NÃO APLICAÇÃO DA
SÚMULA 441 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA -
DECISÃO MANTIDA RECURSO NÃO PROVIDO."*

Daí o presente **habeas corpus**, no qual a Defesa reitera os argumentos lançados no recurso de agravo, asseverando que a unificação das penas não determina, necessariamente, a alteração da data-base para a progressão de regime.

Aduz que o entendimento sedimentado sobre o tema, a partir do julgamento do REsp nº 1.557.461/SC, é no sentido de que, no processo de unificação das penas, o marco inicial para a obtenção de futuros benefícios deve ser aferido a partir da última prisão.

Requer, ao final, a concessão da ordem, liminarmente, para que seja cassado o acórdão impugnado, restabelecendo a r. decisão de 1º grau.

É o breve relatório.

Decido.

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, sedimentou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Diante das alegações expostas na inicial, entretanto, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

Em um exame perfunctório, próprio dos pedidos liminares, observo que a deficiente instrução dos autos impede a exata compreensão da controvérsia, uma vez que a impetrante não colacionou cópia da decisão do d. Juízo da Vara de Execuções Criminais que teria homologado o cálculo de penas da forma como narrada na inicial do **writ**, documento indispensável ao exame de eventuais ilegalidades.

Tem-se, portanto, que a cognição **in limine**, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, devendo a **quaestio**, portanto, ser apreciada pelo Colegiado, após a verificação mais detalhada dos dados constantes dos autos, com a devida instrução do feito.

Ante o exposto, indefiro o pedido liminar.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao Juízo de primeira instância e ao eg. Tribunal de origem.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator

